

# INTRODUÇÃO

Mais uma vez se publica o "GUIA DE ESTUDANTE", instrumento útil de consulta para todos os alunos da Faculdade, mormente para os que nela ingressam pela primeira vez. A estes se destinam umas quantas informações, contidas nesta breve introdução.

## 1ª- ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FACULDADE

O funcionamento da Faculdade assenta numa estrutura democrática, cujos órgãos e respectivas atribuições estão definidas no chamado Decreto de Gestão, o Decreto-Lei nº 781/76 de 28 de Outubro. Assim de acordo com o artigo 1º do citado Decreto, os órgãos internos da Faculdade são:

- a) Assembleia Geral da Escola
- b) Assembleia de Representantes
- c) Conselho Directivo
- d) Conselho Pedagógico
- e) Conselho Científico
- f) Conselho Disciplinar

Deixando a Assembleia Geral da Escola, digamos que a Assembleia de Representantes é composta por delegados dos docentes, dos estudantes e do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, eleitos pelo período de um ano. Como a Faculdade de Letras do Porto tem mais que 2000 alunos (próximo dos 4500 no ano de 1980/81), a representação dos vários grupos é a seguinte: docentes, 30; estudantes, 30; funcionários, 15. A Assembleia de Representantes tem um presidente eleito que, no ano em curso, é o Dr. Armindo de Sousa.

Entre as várias atribuições da Assembleia de Representantes, cabe-lhe eleger o Conselho Directivo que é composto por 4 docentes, 4 estudantes e 2 elementos do pessoal técnico, administrativo e auxiliar. Os membros do conselho Directivo elegem o seu presidente que, actualmente é o Professor Doutor Cândido dos Santos.

O Conselho Pedagógico é composto paritariamente por professores, assistentes e estudantes em número máximo de 24, eleitos em escrutínio secreto. O seu actual presidente é o Professor Doutor A. de Almeida Fernandes.

O Conselho Científico é constituído pelos professores doutores. O seu actual presidente é o Professor Doutor Luís de Oliveira Ramos.

## 2ª- SERVIÇOS DA FACULDADE

São sobretudo 3: a Secretaria, a Contabilidade e a Biblioteca.

A Secretaria da Faculdade trabalha em ligação com a Secretaria Geral da Universidade de sítio no edifício da Reitoria. Os serviços da Secretaria tem um horário próprio que vai neste guia.



378(05)  
651

A. Biblioteca é outro serviço que os alunos devem utilizar assiduamente. Para isso é necessário que possuam o "CARTÃO DE LEITOR", que procurarão junto dos funcionários da mesma Biblioteca. Nela existe um serviço de catalogação e outro de leitura. Dentro de certas normas estabelecidas pelo Professor bibliotecário, podem os alunos dispor de certas obras para leitura domiciliária.

Dependente da Biblioteca, trabalha uma oficina Gráfica que executa trabalhos para professores e alunos. A Biblioteca funciona na directa dependência do Presidente do Conselho Directivo. Tem um horário de funcionamento que poderão consultar neste Guia.

Pela primeira vez publica este guia as "NORMAS DE AVALIAÇÃO", elaboradas pelo Conselho Pedagógico, bem como o "CALENDÁRIO das PROVAS", para o ano lectivo de 1981/82. Inicialmente feliz que permite aos alunos programar com tempo os seus estudos e os seus exames.

Finalmente, uma recomendação: ninguém melhor que os responsáveis pela gestão da Faculdade conhece as suas carências. Carências em vários domínios. Apesar de multiplicados esforços. Como quer que seja é esta a nossa Faculdade.

O Conselho Directivo e, nomeadamente o seu presidente, está atento e pronto a receber todos os alunos que necessitem de lhe falar. Não precisam de pedir audiência...

Mas, pede também a todos que ajudem a fazer da nossa Faculdade, uma escola de humanidades, mútua compreensão e tolerância. Na autêntica tradição de uma escola de humanidades.

O CONSELHO DIRECTIVO

HORÁRIO DA SECRETARIA

9H às 12H

14H às 17H30

HORÁRIO AO PÚBLICO

10H às 11H30

14H às 16H

Como utilizar os seus serviços?

1º. - Muntado-se de CARTÃO DE LEITOR, que pode ser solicitado ou revelado na Biblioteca, mediante a apresentação do talão de matrícula;

2º. - Recorrendo à consulta de livros na sala de leitura, identificando-se com o CARTÃO DE LEITOR;

3º. - Usando da possibilidade de requisitar livros para leitura, dentro de certas condições seguintes:

a) entrega do CARTÃO DE LEITOR ao funcionário

b) levantamento dos livros das 16 às 17,30 horas

c) devolução dos volumes das 9 às 9,30 horas do dia seguinte, após o que lhe será restituído o CARTÃO DE LEITOR.

4º. - Consultando os ficheros com cuidado e anotando rigorosamente a cota dos livros;

5º. - Para consultar os ficheros pode proceder da seguinte maneira:

a) se conhecer o autor da obra, procure no fichero onomástico o seu último nome à excepção dos autores espanhóis, que se devem procurar pelos

dois últimos nomes;

b) se sabe unicamente o título da obra, consulte o fichero dadas -

o título;

c) se não possui estes elementos ou se pretende conhecer a bibliografia

da existente na Biblioteca sobre um dado assunto, consulte o fichero de

Classificação decimal universal (CDU); porque se trata de algo um tanto

completo, dirige-se aos Serviços de Catalogação, onde receberá as indica-

ções necessárias para trabalhar com esse fichero.

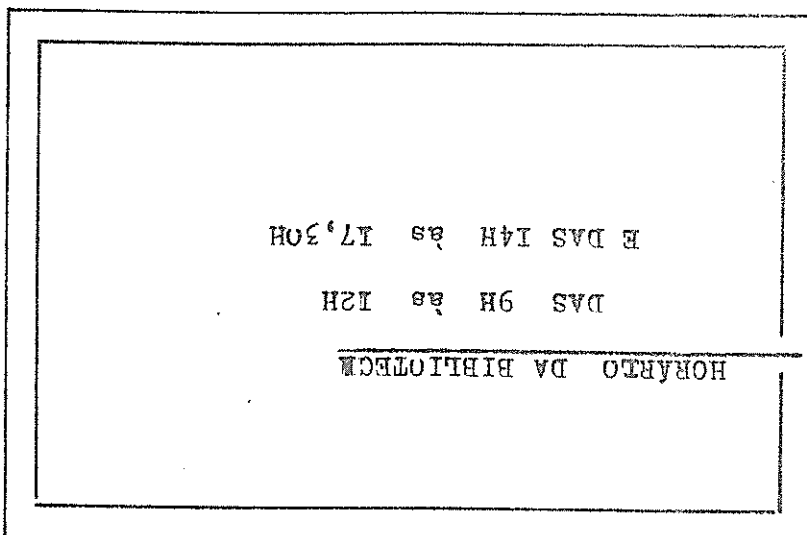
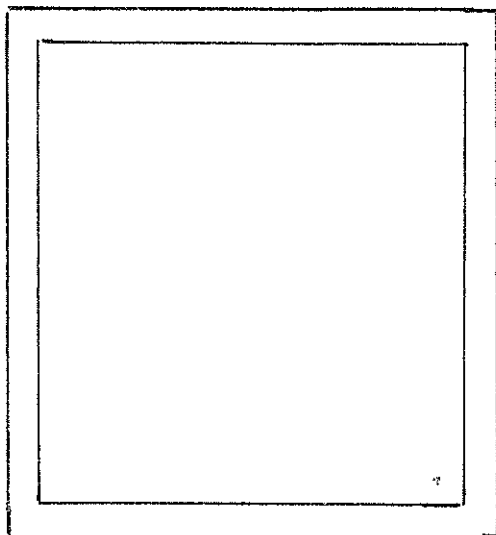
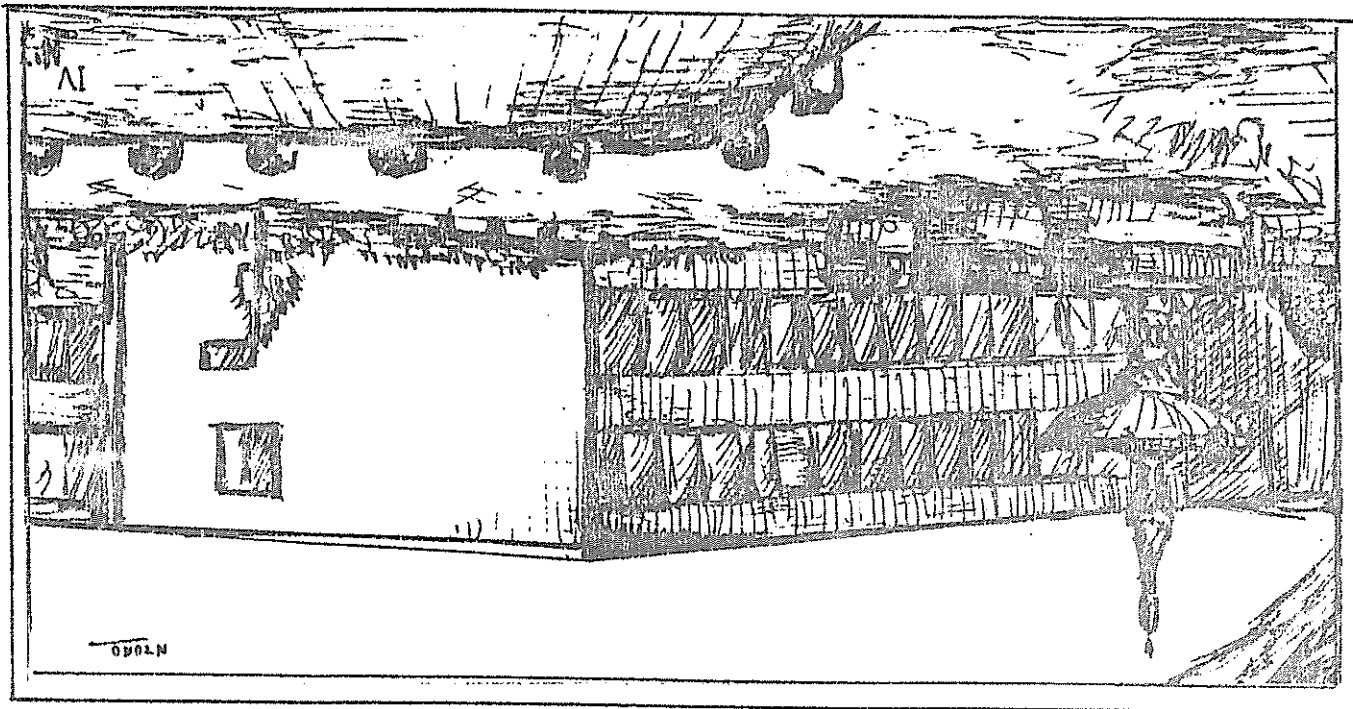
A utilização de qualquer biblioteca está condicionada por certos prin-

cípios e normas regulamentadoras. Por exemplo, os números de revistas e outras

publicações periódicas não podem ser requisitados para casa, bem como todas

as obras de referência (dicionários, enciclopédias etc.). O mesmo quanto a li-

vroz classificadas de reservados.



Além disso, nem todos os volumes podem ser fotocopiados por razões materiais;  
 os funcionários elucidá-lo-ão sobre isso.  
 Para estar ao corrente da bibliografia adquirida, consulte o BOLETIM BI-  
BIOGRÁFICO. E se PROCURAR OBRAS EDITADAS RECENTEMENTE, pode também consultar  
 os folhetos de algumas editoras e livrarias na Sala de Lettura.  
 Tenha presente:  
 Não retire as fichas do seu local!  
 Não danifique os livros: são patrimônio do país e portanto, seu!

V  
forma a evitar disparidades de disciplinas para disciplina e de curso  
uma redefinição de objetivos, métodos e critérios de avaliação de  
um ensino aberto e crítico, de uma coordenação interdisciplinar e de  
vem uma vez mais alertar a Escola para a necessidade da prática de  
vigor a partir do início do ano lectivo de 1981/82. Simultaneamente  
forma publicas as normas de avaliação de conhecimentos que entram em  
Dando cumprimento ao que lhe confere a Lei, o Conselho Pedagógico

\*\*\*  
NORMAS DE AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

(Prof. Doutor António Teixeira Fernandes)  
o Presidente do Conselho Pedagógico  
Faculdade de Letras, I de Julho de 1981

licitem na Secretaria com a devida antecedência.  
a partir de I de Julho, desde que os respectivos docentes o se  
5. Exames Finais: a partir de 5 de Julho. Permite-se que se iniciem  
4. Termo das Aulas: Dia 4 de Junho  
25 de Fevereiro a 20 de Março; 2ª Testes de I a 20 de Junho.  
grafia realizar-se-ão com o seguinte calendário: 1ª Testes de  
3. Tendo em conta a sua especificidade, os testes na Secção de Geo-  
2. Segundos Testes : de II a 23 de Junho  
1. Primeiros Testes : de I a 13 de Março  
dades académicas, estabelecer o seguinte calendário de provas:  
decidiu o Conselho Pedagógico, para efeitos de Programação das activi-  
Tendo início o próximo ano lectivo na primeira semana de Novembro,

CALENDÁRIO DE PROVAS DE  
AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS  
PARA O ANO LECTIVO 1981/82

A. Disposições Gerais

Art. 1º Os docentes deverão apresentar aos alunos no início de cada ano lectivo as modalidades de avaliação que prevêm exequíveis nas cadeiras e as condições específicas do curso.

Art. 2º Admitem-se três modalidades de avaliação:

I - Avaliação Contínua

II - Avaliação Periódica

III - Avaliação Final

Art. 3º Devem promover-se, além disso, trabalhos escritos, individuais ou em grupo, a apresentar e a discutir oralmente, na aula ou fora dela. O professor deverá acompanhar de perto, desde a enunciação do tema e indicação da bibliografia fundamental, a elaboração desses trabalhos. Os grupos que se venham a constituir não podem exceder o limite máximo de cinco alunos.

Art. 4º Os alunos que reprovem na avaliação contínua ou periódica, ou que não cumpram as respectivas normas de desistência, só poderão fazer exame final na época de Setembro-Outubro.

Art. 5º As fraudes devidamente comprovadas implicam a anulação da prova. Art. 6º Embora não seja permitida qualquer revisão de provas, os alunos sempre que disso tenham necessidade para a orientação do seu estudo, poderão solicitar aos respectivos docentes a consulta das suas provas, sendo aconselhável que estes a concedam todas as vezes que exista uma inconveniência final de natureza pedagógica.

Art. 7º A leccionação a ministrar deverá ser de carácter teórico-prático, prevendo-se, em casos particulares e mediante parecer favorável dos conselhos científico e pedagógico, o funcionamento de disciplinas em regime de seminário. Nas cadeiras em regime de seminário é aconselhável a avaliação contínua.

Art. 8º Todas as provas orais de avaliação de conhecimentos têm um carácter público.

B. Disposições Especiais

I - Avaliação Contínua

Art. 9º O processo de avaliação contínua constará de vários tipos de provas, tais como: trabalhos escritos (individuais ou de grupo), relatórios de leituras ou de trabalhos de campo, elaboração de bibliografias críticas, exposições feitas nas aulas, testes, provas orais.

Art. 21º Ficam dispensados da prova de recurso, embora possam realizá-la,

la prova.

tar-se a uma prova de recurso sobre a matéria respeitante áque-  
valores numa das provas ou a ela tenham faltado deverão sujeit-

Art. 20º- Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete

tiva.

provas de avaliação periódica terá de ser obrigatoriamente post

Art. 19º- Para que haja direito a uma prova de recurso, a nota de uma das

exames finais da primeira época.

diges abaixo indicadas, a uma prova de recurso a realizar nos

Art. 18º- Os alunos inscritos na avaliação periódica têm direito, nas con

do segundo mês de funcionamento das respectivas disciplinas.

Art. 17º- A inscrição na avaliação periódica terá de ser feita até ao fim

Conselho Pedagógico, tendo em conta a data de início das aulas.

Art. 16º- A indicação de época das provas será feita oportunamente pelo

ção facultativas.

tras provas que venham a ser realizadas no âmbito da cadeira se-

as, uma das quais obrigatoriamente um teste escrito. Quaisquer ou

Art. 15º- O número de provas a realizar em avaliação periódica será de du-

## II- AVALIAÇÃO PERIÓDICA

mento da turma em que se encontram inscritos.

de que essa desistência não ultrapasse o segundo mês de funciona

idade ainda de escolha de outras modalidades de avaliação, de

Art. 14º- Os alunos poderão desistir da avaliação contínua, com possibi

do 1º mês de funcionamento das turmas da cadeira.

Art. 13º- A inscrição em avaliação contínua deverá ser feita no decurso

ça.

deverá ser controlada através a assinatura de folhas de presen

Las teóricas, teórico-práticas e práticas. A presença dos alunos

Art. 12º- A avaliação contínua obriga a presença do aluno em 3/4 das au

ta no artigo anterior e se salvaguarde o direito aqui referido.

pontuais permita a constituição de turmas com a dimensão previ

ser posta em prática nos casos em que o número de docentes dis

todos os alunos à assistência às aulas. Só poderá, portanto,

Art. 11º- A avaliação contínua deve ter em conta o direito fundamental de

Conselho Pedagógico.

rá haver alteração desse número mediante prévia autorização do

quência média real não exceda 30 alunos. Em certos casos, pode

Art. 10º- A avaliação contínua só poderá realizar-se em turmas cuja tre-

os alunos que tenham obtido numa das provas notas de oito ou nove valores, desde que a média das notas das duas provas seja positiva. Esta dispensa não se aplica caso a média seja negativa, sendo então necessário o recurso.

Art. 22º - A nota obtida na prova de recurso anula a nota da prova que subsistiu. Para que os alunos se considerem aprovados, a média final terá de ser positiva e em nenhuma das provas a nota poderá ser igual ou inferior a sete valores.

Art. 23º - A prova de recurso não se destina a uma melhoria de nota, não se podendo, por isso, realizar em relação às provas em que se tenha obtido uma nota igual ou superior a dez valores.

Art. 24º - A desistência da avaliação periódica deverá ser feita por comunicação escrita entregue ao professor antes do início dos últimos testes da respectiva cadeira no âmbito da avaliação periódica.

ca.

### III - AVALIAÇÃO FINAL

Art. 25º - O exame final é constituído por uma prova escrita e uma prova oral devendo aquela anteceder sempre esta.

Art. 26º - A nota mínima de admissão à oral é de oito valores, tendo em conta os arredondamentos usuais.

Art. 27º - Os alunos com a nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral. Mas mesmo dispensados, podem requerer uma prova oral, para o que se devem dirigir à secretaria no prazo de 48 horas a partir da entrega das notas da prova escrita.

Art. 28º - O artigo anterior não se aplica às línguas estrangeiras em que a prova oral é considerada obrigatória.

Art. 29º - O regime referido no número anterior poderá ser entendido a qualquer cadeira por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta fundamentada do responsável da cadeira.

Art. 30º - A apresentação à prova oral implica a atribuição de uma nota final constituída pela média das duas provas.

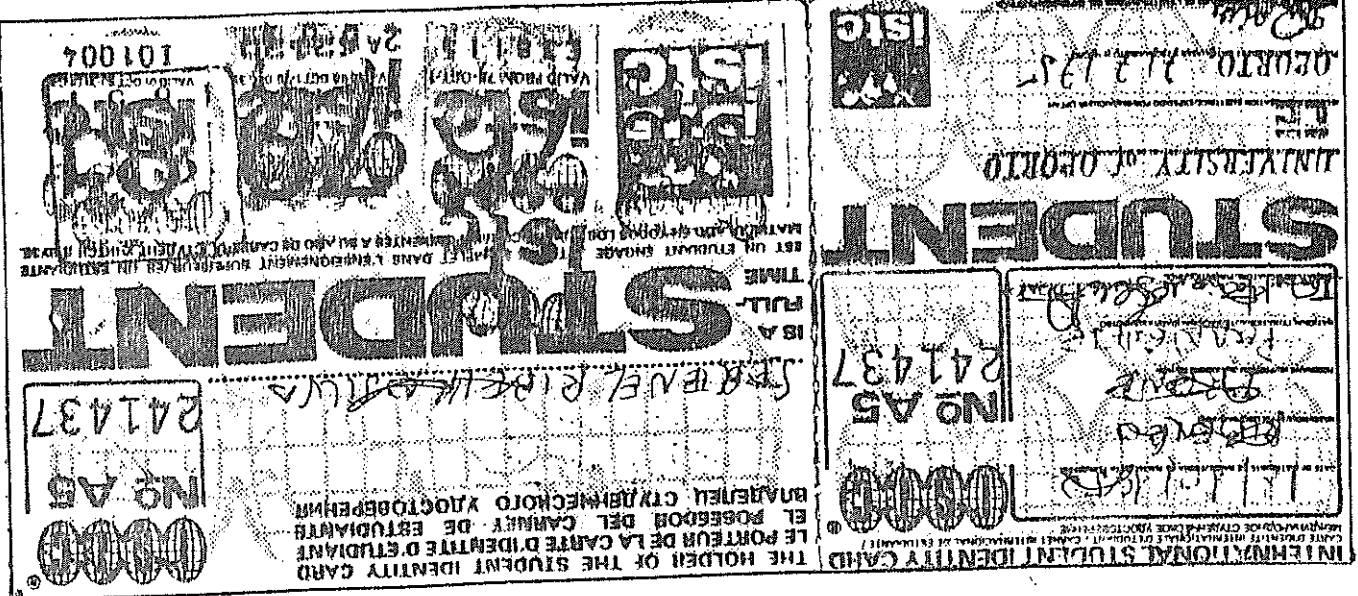
Art. 31º - A prova oral do exame final é pública e terá sempre lugar perante um júri constituído no mínimo pelo regente da cadeira ou tutor e por mais um docente da Secção.

### G. OBSERVAÇÕES FINAIS

Art. 32º - Deverão promover-se as formas mais convenientes de integração activa dos alunos nas aulas, tanto na modalidade de avaliação periódica como na modalidade de avaliação final.

Art. 33º - A matéria versada nos testes escritos será a que tiver sido leccionada até sete dias antes da realização das provas. VIII





- 3- Importância em dinheiro ainda a confirmar.
  - 2- Duas fotografias
  - 1- Fotocópia dos dois lados do Cartão de Estudante.
- la 15, com os seguintes elementos:
- o efeito devem dirigir-se à sala da ABLUP, Sa-
- ze-lo através da Associação de Estudantes. Para
- o Cartão Internacional de Estudante, poderão os
- todos os alunos que pretendam obter (ou renovar)

# CARTÃO INTERNACIONAL

(Prof. Doutor António Teixeira Fernandes

O PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

Faculdade de Letras, 26 de Junho de 1981

correntes da sua aplicação.

interpretação ou surjam diferentes de natureza pedagógica de-

sempre que estas normas se revelem omissas, deixem dúvidas de

Arts. 37º - Os docentes e discentes devem recorrer ao Conselho Pedagógico

dos resultados obtidos na primeira época.

vas na época de exames de Setembro-Outubro, independentemente

Arts. 36º - Segundo as normas legais, os alunos só podem realizar duas pro-

do ano lectivo seguinte, de acordo com a lei vigente.

exame na segunda época de Setembro-Outubro ou na época de Junho

Arts. 35º - Para melhoria de nota, os alunos poderão sujeitar-se de novo a

nima de 15 dias.

Arts. 34º - As datas das provas deverão ser afixadas com uma antecedência m.



Wistoria



INDICE

PAG

CADEIRAS

SOCIEDADES, CIVILIZAÇÕES E CIVILIZAÇÕES PRÉ-CLÁSSICAS..... I

MATEMÁTICA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS..... 10

ORIGENS DO HOMEM E DA CIVILIZAÇÃO..... 11

PRÉ-HISTÓRIA..... 12

TEORIA DAS FONTES E PROBLEMATICA DO SABER HISTÓRICO..... 13

PRÉ-HISTÓRIA PENINSULAR..... 15

ARTE PRÉ-HISTÓRICA E PRÓTO-HISTÓRICA..... 19

ARTE DO EGITO E DO PRÓXIMO E MÉDIO ORIENTE ANTIGO..... 22

ARTE CLÁSSICA GERAL E PENINSULAR..... 22

HISTÓRIA DA ARTE MEDIEVAL..... 23

ARQUEOLOGIA MEDIEVAL PORTUGUESA..... 24

HISTÓRIA INSTITUCIONAL E POLITICA (SECS III-XIV)..... 24

HISTÓRIA ECONOMICA E SOCIAL (SECS XIV-XVIII)..... 25

HISTÓRIA DE PORTUGAL (SECS. IX-XV)..... 27

HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E DA EXPANSÃO PORTUGUESA..... 30

HISTÓRIA CULTURAL E DAS MENTALIDADES (SECS. XIV-XVIII)..... 31

HISTÓRIA DE PORTUGAL (SECS. XVIII-XX)..... 32

TEORIA DA HISTÓRIA E DO CONHECIMENTO HISTÓRICO..... 33

HISTÓRIA ECONOMICA E SOCIAL (SECS. XVIII-XX)..... 36

HISTÓRIA INSTITUCIONAL E POLITICA (SECS. XIV+XVIII)..... 39

ARTE DOS SECULOS XIX E XX (GERAL E DE PORTUGAL)..... 42

HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORANEA..... 42

HISTÓRIA DO BRASIL..... 43

LINGUA RUSSA..... 43

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO..... 44

HISTÓRIA INSTITUCIONAL E POLITICA (SECS. XVIII-XX)..... 45

HISTÓRIA CULTURAL E DAS MENTALIDADES (SECS. III-XIV)..... 47

Mais um ano lectivo se inicia e novamente tivemos o cuidado de elaborar este Guia Do Estudante, que no ano transacto foi revelador de uma utilidade marcante.

Pentamos por todos os meios, publicar neste nosso Guia Informa-ções que cobrissem o maior numero de cadeiras. No entanto, e apesar de todo o esforço dependido por nós, este objectivo não foi comple-tamente alcançado por razões que nos são totalmente alheias.

Embora não seja da nossa responsabilidade, pedimos desculpa a todos os alunos desta Faculdade pela enorme lacuna que representa a falta de informação para algumas das cadeiras deste curso.



BREVE ESQUEMA DO PROGRAMA

I - Fontes e Bibliografia

1. Fontes.

2. Bibliografia.

II - Os inícios da civilização

3. Novos rumos - até 1200 a.C.

3.1. A Idade do Bronze.

3.2. O nascimento das cidades.

3.3. As estruturas da sociedade.

3.4. Técnicas, artes e ofícios.

3.5. Comércio e transportes. Impostos.

3.6. A escrita.

3.7. As ciências.

3.8. Crenças e práticas religiosas.

3.9. Artes, Música, Literatura.

4. O mundo até 500 a.C.

4.1. Os grandes acontecimentos históricos.

4.2. A evolução das línguas e dos sistemas de escrita.

4.3. As técnicas, o comércio, a ciência.

4.4. A organização política e a vida social.

4.5. A religião e o início da filosofia.

4.6. Literatura e arte.

4.7. Conclusão do processo evolutivo.

III - A Europa pré-clássica

5. A "Aurora da civilização europeia" e o problema indo-europeu.

5.1. O problema indo-europeu.

5.2. A sociedade indo-europeia. O legado indo-europeu.

6. Povos e culturas da Europa proto-histórica.

6.1. As civilizações do Ferro na Europa.

6.2. A vida na Europa proto-histórica.

6.3. Proto-história peninsular.

IV - Conclusões

7. O nascimento da "civilização".

7.1. Desenvolvimento urbano.

7.2. A sociedade. A economia.

7.3. Evolução tecnológica.

7.4. A cultura.

DESENVOLVIMENTO DA MATÉRIA

I - Fontes e Bibliografia

1. Fontes.
  - 1.1. Fontes arqueológicas.
  - 1.2. Fontes numismáticas.
  - 1.3. Fontes epigráficas.
  - 1.4. Fontes literárias.
  - 1.5. Fontes etno-antrpológicas.
  - 1.6. Outras fontes.
2. Bibliografia.
  - 2.1. Bibliografia de carácter geral.
  - 2.2. Bibliografia específica.
  - Bibliografia para trabalhos de especialização.

II - Os inícios da civilização

3. NOVOS rumos - até 1200 a.C. .

3.1. A Idade do Bronze

3.1.1. O Médio Oriente.

3.1.2. A Índia.

3.1.3. A China.

3.2. O Nascimento das cidades.

3.2.1. Comunidades do Vale do Nilo.

3.2.2. A centralização na Mesopotâmia.

3.2.3. As cidades-estado Sumerias.

3.2.4. As cidades costeiras dos Fenícios.

3.2.5. A urbanização das Ilhas do Mar Egeu.

3.2.6. As grandes cidades da Índia.

3.3. As estruturas da sociedade.

3.3.1. A formação das classes sociais.

3.3.2. As classes do Egipto: governantes e governados.

3.3.3. A importância da escavatura na Anatólia e na Mesopotâmia.

3.3.4. A sociedade babilónica e a sociedade suméria.

3.3.5. A organização social dos Hititas.

3.3.6. Influência do exército na evolução da civilização.

3.3.7. A redacção das leis e sua evolução.

3.3.8. Direito teocrático e modificação do direito.

3.3.9. O código hebraico. As leis mesopotâmicas e hititas.

3.3.10. A justiça no Egipto.



- 3.4. Técnicas, artes e ofícios.
  - 3.4.1. A charrua de madeira e a foice de metal.
  - 3.4.2. A cultura do trigo.
  - 3.4.3. A domesticação de animais.
  - 3.4.4. A vinha, a oliveira, o linho, a seda.
  - 3.4.5. A habitação.
  - 3.4.6. Os blocos de pedra das pirâmides do Egípto.
  - 3.4.7. Origem da metalurgia. O cobre. A liga de bronze.
  - 3.4.8. A metalurgia do ferro.
  - 3.4.9. A tecelagem.
- 3.5. Comércio e transportes. Impostos.
  - 3.5.1. Sistemas comerciais.
  - 3.5.2. Relações comerciais do Egípto faraônico.
  - 3.5.3. O comércio privado na Mesopotâmia.
  - 3.5.4. Os comerciantes sumérios e babilônios.
  - 3.5.5. Os animais de tração.
  - 3.5.6. Transportes fluviais e marítimos. Tipos de barcos.
  - 3.5.7. Os impostos agrícolas no Egípto.
  - 3.5.8. Regime de propriedade na Mesopotâmia.
- 3.6. A Escrita.
  - 3.6.1. As imagens - fundamento do sistema de escrita.
  - 3.6.2. Dos pictogramas aos fonemas.
  - 3.6.3. As particularidades das línguas aglutinantes.
  - 3.6.4. A escrita Suméria. A escrita Acádia.
  - 3.6.5. A escrita Chinesa.
  - 3.6.6. As paeltas. Os inícios da escrita Egípcia.
  - 3.6.7. A glorificação do Faraó.
  - 3.6.8. A escrita Hitita - a escrita Cretese.
  - 3.6.9. Os textos proto-sinaíticos. A origem dos alfabetos.
- 3.7. As ciências.
  - 3.7.1. A matemática.
  - 3.7.2. A astronomia.
  - 3.7.3. A medicina e a farmácia.
- 3.8. Crenças e práticas religiosas.
  - 3.8.1. A religião Suméria.
  - 3.8.2. A teocracia da cidade-estado Mesopotâmica.
  - 3.8.3. Fundamentos da religião Egípcia.
  - 3.8.4. A religião dos Hititas.
  - 3.8.5. A religião dos Fenícios - Astarte e Baal.
  - 3.8.6. A religião dos Hebreus - Abraão.
  - 3.8.7. A religião Chinesa.
  - 3.8.8. A religião na Índia.

- 3.9. Artes, Música, Literatura.
  - 3.9.1. Arte Egípcia.
  - 3.9.2. Arte Mesopotâmica
  - 3.9.3. Arte Hitita.
  - 3.9.4. Arte Hindu.
  - 3.9.5. Arte Chinesa.
  - 3.9.6. A Música no Egípto.
  - 3.9.7. A Literatura Egípcia.
  - 3.9.8. A Literatura Babilónica.
  - 3.9.9. A Literatura Mesopotâmica.
  - 3.9.10. A arte de escrever na dinastia Chang.
4. O mundo até 500 a.C.
  - 4.1. Os grandes acontecimentos históricos.
    - 4.1.1. As migrações e o mundo Grego.
    - 4.1.2. O desmembramento do Império Hitita.
    - 4.1.3. O Império Egípcio: Invasão, decadência e partilha.
    - 4.1.4. Alternâncias no Império Assírio.
    - 4.1.5. A expansão Fenícia a Sul do Mediterrâneo.
    - 4.1.6. Os estados Hebraicos.
    - 4.1.7. A colonização Grega.
    - 4.1.8. Os grandes itinerários comerciais da Europa Setentrional.
    - 4.1.9. Os arianos e a civilização da Índia pré-budica.
  - 4.2. A evolução das línguas e dos sistemas de escrita.
    - 4.2.1. As línguas indo-europeias da Anatólia, Pérsia e Índia.
    - 4.2.2. Do indo-europeu e do dravídico ao sânscrito clássico.
    - 4.2.3. As línguas e as escritas no mundo Pré-Clássico.
    - 4.2.4. Línguas e alfabetos na Península Ibérica.
  - 4.3. As técnicas. O comércio. A ciência.
    - 4.3.1. As actividades dos povos primitivos.
    - 4.3.2. O aperfeiçoamento das técnicas agrícolas.
    - 4.3.3. A história da metalurgia.
    - 4.3.4. Fiação, tecelagem e fabrico de vestuário.
    - 4.3.5. A cerâmica. O vidro. Fabrico de loiça.
    - 4.3.6. Os veículos e o estabelecimento das redes de comunicação.
    - 4.3.7. As grandes etapas do desenvolvimento do comércio.
    - 4.3.8. O progresso das ciências.
  - 4.4. A organização política e a vida social.
    - 4.4.1. As formas primitivas de governo monárquico.
    - 4.4.2. O conceito de realeza na Índia e na China.
    - 4.4.3. Os estados militarizados: Assíria e Esparta.
    - 4.4.4. Os bens e a propriedade.
    - 4.4.5. A organização do trabalho: diferenças económicas e sociais.

4.4.6. A organização da família. A situação da mulher.

4.4.7. A escravatura.

4.4.8. Nascimento das castas na sociedade Indiana.

4.4.9. Jogos e desportos.

4.4.10. O direito. Sua evolução.

4.4.11. As armas. A táctica. A organização militar.

4.5. A religião e o início da filosofia

4.6. Literatura e arte.

4.6.1. Os Vedas.

4.6.2. O Antigo Testamento.

4.6.3. Literatura histórica e religiosa.

4.6.4. A poesia.

4.6.5. A Arquitectura. O Urbanismo.

4.6.6. Escultura. Pintura. Cerâmica.

4.6.7. Primeiros instrumentos musicais. Primeiras composições.

4.7. Conclusão do processo evolutivo

### III - A Europa pré-clássica.

5. A "aurora da civilização europeia" e o problema indo-europeu.

5.1. O problema indo-europeu.

5.2. A sociedade indo-europeia. O legado indo-europeu.

6. Povos e culturas da Europa proto-histórica.

6.1. As civilizações do Ferro na Europa.

6.1.1. A primeira Idade do Ferro.

6.1.2. A segunda Idade do Ferro.

6.2. A vida na Europa proto-histórica.

6.2.1. A economia.

6.2.2. A sociedade.

6.2.3. A religião e a arte.

6.3. Proto-história peninsular.

6.3.1. Os povos antigos da Península.

6.3.2. A cultura dos Castros do Norte de Portugal.

6.3.3. O problema Vasco. Origens. Estado actual.

6.3.4. O legado indo-europeu.

### IV - Conclusões

7. O nascimento da civilização.

### BIBLIOGRAFIA

#### Bibliografia Geral

Por "novidade" desta disciplina, não existem grandes manuais sobre o tema.

Será necessário consultar os grandes tratados de História e Pré-História, des

de a idade do Bronze à romanização, para, de seguida, se elaborar uma síntese

as matérias e aos programas.

Só os livros sobre "Antiguidade Oriental" nos servem de apoio e instrumen-  
to genérico nos temas.

O motivo principal destes apontamentos é exactamente suprir esta lacuna.

Com algumas obras disponíveis, graças à leitura de inúmeros artigos e tra-  
balhos, procurei fazer destas paginas um auxiliar do estudo das sociedades e  
civilizações do Mundo Pré-clássico.

#### Bibliografia Específica.

Há um sem número de trabalhos, dispersos por revistas, publicações periódi-  
cas ou não, e coligidos (por vezes) em actas de congressos, que contêm dados e  
matérias importantes para os problemas a tratar nesta cadeira.

Algumas das mais importantes publicações periódicas onde esses escritos se  
podem encontrar são:

- de Índole geral e europeia:
- Gallia
- Etudes Celtiques
- Bulletin de la Société Préhistorique Française
- Proceedings of the British Prehistoric Society
- Journal of Indo-European Studies
- Archaeology of Palestine
- Journal of Egyptian Archaeology
- Cahiers d'Archéologie Biblique
- de Índole Iberica e Portuguesa
- Archivo Español de Arqueología
- Cuadernos de Estudios Gallegos
- Studia Arqueologica
- Madrider Mitteilungen
- Zephyrus
- Pyrenae
- Revista de Guimarães (Guimarães)
- O Arqueólogo Português (Lisboa)
- Trabalhos de Antropologia e Etnologia (Porto).

Fornece-se, de seguida, uma lista bibliográfica geral. Não se pretendeu es-  
gotar os temas. Aula a aula, se necessário, far-se-á uma referência aos tra-  
balhos mais importantes sobre cada assunto. Os livros assinalados com \* fo-  
ram a base de elaboração do programa da cadeira.

#### A - GERAL - MEDITERRÂNEO ORIENTAL, MÉDIO E EXTREMO ORIENTE.

ALFRED (Cyril), Os Egípcios, Lisboa, Verbo, 1972. (Col. Historia Mundi Nº 2).  
AMET (Pierre), As civilizações antigas do Médio Oriente, Lisboa, Publicações  
Europa-América, 1974. (Col. Saber Nº 83).

- AVMARD (A.) e AUBOYER (J.), L'Orient et la Grèce, in Histoire générale des civilisations (dir. M. CROUZET), Vol. I, Paris, P.U.F., 1967.
- BRIGHT (J.), A History of Israel, Londres, Westminster Press, 1972.
- BROTHWELL (Don e Patricia), A alimentação na Antiguidade, Lisboa, Verbo, 1971. (Col. Historia Mundi Nº 27).
- Cambridge Ancient History (The), Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
- CHILDE (V. Gordon), Nacimiento de las civilizaciones orientales, Barce-lona, Ediciones Peninsulares, 1976. (Col. Historia, Ciencia y Sociedad, nº 31).
- CULICAN (William), O comércio marítimo, Lisboa, Verbo, 1970. (Col. Biblioteca das Civilizações Primitivas, nº 8).
- DIRINGER (David), A escrita, Lisboa, Verbo, 1968. (Col. Historia Mundi Nº 12).
- ELIADE (Mircea), Tratado de História das Religiões, Lisboa, Cosmos, 1977.
- ERMAN (A.), e RANKE (H.), La civilization égyptienne, Paris, Payot, 1976.
- GARBELLI (P.) e NIKIPROMETZKY (V.), Le Proche-Orient Asiatique. Les empires mésopotamiens. Israel, Paris, P.U.F., 1974.
- HARDEN (Donald), Os Fenícios, Lisboa, Verbo, 1967. (Col. Historia Mundi Nº 9).
- HAWMARD (Jacques), La guerra antiga - de Sumer a Roma, Madrid, EDAF, 1976. (Col. EDAF Universitaria Nº 5).
- JAMES (E.O.), Os deuses antigos, Lisboa, Arcádia, 1966.
- KRAMER (Samuel Noah), A História começa na Sumeria, Lisboa, Publicações Europa-América, 1963. (Col. Estudos e Documentos Nº 24).
- KRAMER (Samuel Noah), Os Sumerios, Lisboa, Bertrand, 1977.
- KRISTEVA (Julia), História da Linguagem, Lisboa, Edições 70, s/d. (Col. Sig-nos Nº 6).
- LAFFORGE (Gilbert), A Alta Antiguidade - das origens a 550 a.C., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1979. (Historia Universal, vol. I).
- LLOYD (Seton), Povos antigos da Anatólia, Lisboa, Verbo, 1971. (Col. Biblioteca das Civilizações Primitivas, nº 12).
- MALLOWAN (M.E.L.), Mesopotâmia e Irão, Lisboa, Verbo, 1965. (Col. Historia Mundi Nº 30).
- MASPERO (G.), Histoire ancienne des peuples de l'Orient, Paris, Hachette, s/d.
- MEILLIARBI (James), O próximo Oriente, Lisboa, Verbo, 1971. (Col. Bibliog-teca das Civilizações Primitivas, nº 11).
- MONTEI (Pierre), L'Égypte éternel, Verviers, Gérard & Cie., 1979.
- \*MOSCATI (Sabatino), L'Orient avant les grecs, Paris, P.U.F., 1963.
- PARETI (Luigi), De 1200 à 500 avant J.-C., in Histoire de l'Humanité, Vol. II, Paris, UNESCO/Robert Laffont, 1967, pp. 19-285.
- POINIKY (Karl), dir., Comércio y mercado en los Imperios Antiguos, Barcelona, Editorial Labor, 1976.
- \*PRITCHARD (J.B.), Ancient Near Eastern Texts, Princeton, University Press, 1969.

- ROUGE (Jean), La marine dans l'Antiquité, Paris, P.U.F., 1975.
- \*TAVARES (A. Augusto), As civilizações pré-clássicas. Guia de estudo, Lisboa, Editorial Estampa, 1980. (Col. Imprensa Universitária Nº 18).
- THOORENS (L.), Panorama das literaturas. Tomo I: Mesopotâmia, Egipto, Palestina, Pérsia, Grécia, Lisboa, Bertrand, 1975.
- TOVAR (Antonio), Historia del Antiquo Oriente, Barcelona, Montaner, 1978.
- VENDRYES (Joseph), Le langage. Introduction linguistique à l'histoire, Paris, Albin Michel, 1968. (Col. L'évolution de l'humanité Nº 6).
- WATSON (William), À china antiga, Lisboa, Verbo, 1969. (Col. Biblioteca das Civilizações Primitivas, nº 2).
- WHEELER (Sir Mortimore), O vale do Indo, Lisboa, Verbo, 1971. (Col. Biblioteca das Civilizações Primitivas, nº 10).
- \*WOOLLEY (Sir Leonard), Les débuts de la civilisation, in Histoire de l'humanité, Paris, UNESCO/Robert Laffont, 1967, pp. 307-710 (Vol. I).
- B - EUROPA - PROBLEMA INDO-EUROPEU.
- BENVENISTE (Emile), Don et échange dans le vocabulaire indo-européen, in Problèmes de linguistique générale, Paris, Gallimard, 1966, pp. 315-326.
- \*BOSCH-GIMPERA (Pedro), Les Indo-Européens. Problèmes Archéologiques, Paris, Payot, 1980.
- CHADWICK (Nora), The Celts, Londres, Penguin, 1970.
- CHILDE (Vigil Gordon), A aurora da civilização europeia, Lisboa, Portuália, 1969.
- \*DILLON (Miles) e CHADWICK (Nora), Les Royaumes Celtiques, Verviers, Gérard & Cie, 1979.
- GIMBUTAS (Marija), The beginning of the Bronze Age in Europe and the Indo-Europeans: 3500-2500 B.C., in The Journal of Indo-European Studies, Vol. I, Nº 2, 1973, pp. 163-214.
- HUBERT (Henri), Les celtes et l'expansion celtique, jusqu'à l'époque de la Tène, Paris, Albin Michel, 1974. (Col. L'évol. de l'humanité, Nº 38).
- HUBERT (Henri), Les celtes et la civilisation celtique depuis l'époque de la Tène, Paris, Albin Michel, 1974. (Col. L'évol. de l'humanité, Nº 39).
- \*KRUIA (Vencelas), Les Celtes, Paris, P.U.F., 1976. (Col. Que sais-je? Nº1649).
- LOT (Ferdinand), La Gaule, Verviers, Gérard & Cie, 1979.
- MALLORY (J.P.), An history of the Indo-European problem, in The Journal of Indo-European Studies, Vol. I, 1973, pp. 21-56.
- \*MILLOTTE (Jacques-Pierre), Précis de Protohistoire Européenne, Paris, Armand Colin, 1970. (Col. U2 Nº 234).
- POWELL (T.G.B.), Os Celtas, Lisboa, Verbo, 1965. (Col. Historia mundi Nº 1).
- VARIOS, Actes du IV<sup>e</sup> Congrès International d'Études Celtiques (Rennes-1971), in Études Celtiques, Vol. XIII, fasc. 1 e 2, Paris, Belles-Lettres, 1972 e 1973.